

## **O papel do antropólogo nas ações de salvaguarda do patrimônio imaterial no estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>**

Vítor Gonçalves Pimenta – LEECCC-UFF<sup>2</sup>/Rio de Janeiro/Brasil

Palavras-chave: patrimônio, memória e esfera pública

Pareceu-me pertinente abordar algumas questões referentes às minhas primeiras experiências como participante do Comitê Gestor do Ofício das Baianas de Acarajé, visto que cada vez mais o ofício do antropólogo é chamado a integrar os ambientes institucionais. Assim, neste trabalho, busco questionar a minha atuação como antropólogo na esfera pública, uma vez que os meus conhecimentos antropológicos são chamados a entrar em um debate público. Nesse sentido, começo a refletir sobre o que a Antropologia tem a dizer sobre o trabalho do antropólogo no desenvolvimento de políticas públicas. A questão é pensar sobre a implementação de ações de salvaguarda do patrimônio imaterial no estado do Rio de Janeiro, no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Este instrumento interinstitucional visa efetivar ações conjuntas entre Iphan/RJ e UFF, por meio do Laboratório de Etnografia e Estudos em Comunicação, Cultura e Cognição (LEECCC), do qual faço parte, com o objetivo de viabilizar a otimização da pesquisa, identificação, mapeamento, preservação, salvaguarda, valorização e difusão da memória social e do patrimônio cultural através da realização de estudos técnicos, pesquisas, palestras, cursos, seminários, simpósios, congressos, encontros nacionais e internacionais, debates e oficinas, na área do Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro.

Nesse contexto de cooperação, analiso a minha participação como antropólogo no Comitê Gestor do Ofício das Baianas de Acarajé, o qual foi instituído no dia 23 de outubro de 2015, e passarei a denominar aqui apenas por Comitê. Nesse momento inaugural, o grupo que integra o Comitê<sup>3</sup> compôs-se pelos representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/RJ), Centro Cultural Cartola, Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Rio de Janeiro

---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

<sup>2</sup> Agradeço ao apoio fundamental do meu orientador Julio Cesar de Tavares e à ajuda incondicional da minha revisora Lívia Buxbaum.

<sup>3</sup> Decidi, neste primeiro momento, não colocar nenhum nome dos integrantes do Comitê, dado que não consegui me reunir com o grupo para discutir tal questão.

(ABAM/RJ), Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Organização Remanescentes de Tia Ciata, além de quatro baianas. Outros participantes chegaram posteriormente. Segundo o primeiro documento elaborado pelo grupo, os Comitês gestores são dispositivos de organização previstos nos termos de referências, cujo trabalho a ser desenvolvido envolve a participação interinstitucional.

Então, foi a partir dessa primeira reunião, na qual não estava presente, que iniciei uma reflexão sobre o meu papel no Comitê, buscando informações com os integrantes sobre o que tinha acontecido nesse dia de formalização institucional do Comitê. Este momento analítico apenas ocorreu quando soube que iria participar da próxima reunião através do LEECCC, marcada para o dia 17 de dezembro de 2015. Logo em seguida, comecei a pensar que a minha maior contribuição ao coletivo seria como pesquisador no campo da Antropologia. Entretanto, como antropólogo, imagino que seja uma marca do ofício ao atuar em um ambiente institucional, tenho a tendência de participar efetivamente da instituição que integro e, concomitante, refletir sobre o papel institucional da mesma. Esse tipo de envolvimento ocorreu quando participei do projeto “Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: Geração de metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído”, cujo referencial conceitual encontrava-se pautado nos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) de janeiro de 2009 a dezembro de 2010. Nessa espécie de experimentação in vivo (LAPLANTINE, 2004), senti e pensei a minha inserção e relação com a instituição na forma de um grande “laboratório”.

O objeto de pesquisa não era somente aqueles elaborados e presentes nos projetos da instituição, mas, acima de tudo, o meu grande objeto era desenvolver uma reflexão sobre a atuação da Fiocruz na localidade. Em outras palavras, o meu intuito era desvelar por quais caminhos as relações sociais se processam no encontro entre o saber formal institucional e o saber oral local, uma vez que a instituição adota uma linha de participação social no desenvolvimento dos seus projetos (PIMENTA, 2015, p. 20).

Assim, como antropólogo, tenho a inclinação de transformar, pelo menos mentalmente, uma atividade de trabalho institucional aos moldes de um trabalho de campo. Todavia, “como disse Sartre: O aluno atento que deseja ser atento, olhos fixos

no professor, ouvidos bem abertos, consome-se tanto em representar o papel de atento que termina por não ouvir mais nada” (SARTRE<sup>4</sup>, 1956 apud GOFFMAN, 2008, p. 39). Assim, considero-me, ou coloco-me, ou como agente, sujeito do Comitê, ou observador do Comitê. Falo isso especificamente em relação ao momento em que nos reunimos para discutir as questões pertinentes às políticas de salvaguarda do ofício das baianas de acarajé. Nessas interações com os membros do Comitê, apresentou-se o dilema expressão versus ação, isto é, ou você desempenha bem uma tarefa ou a representa. Depois desta reminiscência, ainda caminhando com muitas dúvidas, busquei participar do Comitê como um membro efetivo, refletindo criticamente sobre as trocas existentes no encontro com os demais membros, mesmo que ainda me comportando timidamente nesses encontros iniciais.

A troca que mais me afetou até este exato momento no qual escrevo foi a primeira que tive quando entrei na sala de reunião do Iphan, localizado no Centro do Rio de Janeiro. Antes de chegar ao endereço, na Avenida Rio Branco, nº 46, imaginei como seria a arquitetura da casa do Iphan, que abrigaria as nossas reuniões, pensando no significado que essas linhas históricas edificadas outrora teriam para os membros do Comitê. Logo de cara me deparei com um portal de madeira todo trabalhado por hábeis mãos. Ao entrar neste portal, tentei me transportar para a época da construção do prédio. A minha caminhada pelo interior do prédio até a sala de reunião no 3º andar foi marcada por um olhar curioso e reflexivo sobre cada detalhe arquitetônico que me saltava aos olhos, principalmente os arabescos expostos nos tetos e as portas e janelas de madeira. Eu olhava e me perguntava o seguinte: quem foi o trabalhador, o artesão que construiu esta peça? Pois, mesmo sem ter a confirmação oficial, sabia que tinha adentrado em um prédio tombado, e isto, de alguma forma, fazia diferença. Era como se a ideia de tombamento me trouxesse, naquele instante, um ar de notabilidade àquele prédio. Entretanto, simultaneamente, exigia que o prédio - tombado pelo Iphan em 1978 por sua importância histórica e artística – se transmutasse em atores concretos.

Queria entender a partir daqueles passos até o meu destino, ou seja, a sala de reunião, o ofício dos trabalhadores que construíram aquele edifício. Ao pesquisar, descobri que este prédio, inicialmente, abrigou a Companhia Docas de Santos, projetado pelo engenheiro paulista Ramos de Azevedo e erguido entre os anos 1905 e 1908, na

---

<sup>4</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Being and Nothingness*. Trad. por Hazel E. Barnes. Nova Iorque: Philosophical Library, 1956.

antiga Avenida Central, em comemoração ao centenário da abertura dos portos do Brasil.<sup>5</sup> Neste ínterim, entre o meu primeiro olhar de espanto, provocado por aquelas curvas históricas e a minha chegada à sala de reunião, parecia que, intuitivamente, ao chocar-me com o prédio, estava questionando as definições de patrimônio material e imaterial, pois enxergava em cada peça de madeira a imaterialidade do ofício dos construtores impregnado naquelas paredes. Em outras palavras, no prédio tombado, o ofício de todos os construtores, do arquiteto aos operários, materializa-se no edifício.

Por outro lado, ainda sobre esta relação entre bem material e bem imaterial, lembro-me de um episódio que aconteceu em sala de aula, quando, em 2015, lecionei a disciplina Sociologia no Colégio Anglo-Americano na Barra da Tijuca. Nesse evento, em uma das avaliações do 1º ano do Ensino Médio, coloquei uma questão do Enem PPL 2014 sobre a temática do patrimônio. A questão era baseada no texto “A diferença entre o acarajé e o sanduíche de Bauru” de Kaz (2006), onde o autor apresenta uma reflexão sobre o ofício das baianas de acarajé, sublinhando que ele não se configura sendo a receita do acarajé. Assim, o ofício versa sobre o preparo do acarajé, isto é, quando o fazer é cercado por uma série de códigos imperceptíveis para quem observa de fora. Nesse sentido, a cor da roupa, a amarra dos panos e os adereços mudam de acordo com o santo e com a hierarquia ocupada pela baiana no candomblé. Ao registrar este bem imaterial como patrimônio cultural, o Iphan busca descortinar as dimensões ligadas ao preparo do acarajé. Com essa mesma abordagem, desde 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem registrado certos bens imateriais como patrimônio cultural do país<sup>6</sup>. Dessa forma, a questão, com cinco opções de resposta, solicitava ao candidato destacar a melhor alternativa, de acordo com o texto, na qual o Iphan evidencia a necessidade de proteger certas manifestações culturais para que elas continuem a existir. A resposta correta, de acordo com o gabarito, era a afirmativa que destacava a relação com o sagrado no ato de preparar o alimento, sobressaindo-se o uso de símbolos e insígnias pelas cozinheiras. Entretanto, quando discuti a questão com alunos, eles me indagaram sobre a imaterialidade do ofício, pois a baiana produz um bem material, o acarajé, o que gerou dúvidas sobre se o ofício era imaterial ou material.

---

<sup>5</sup> JORNAL DO BRASIL. Iphan inaugura mostra sobre prédio histórico da Avenida Rio Branco. Acesso em: 11 jun. 2016. Disponível em: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2012/03/15/iphan-inaugura-mostra-sobre-predio-historico-da-avenida-rio-branco/>

<sup>6</sup> KAZ, R. A diferença entre o acarajé e o sanduíche de Bauru. Revista de História da Biblioteca Nacional, n 13, out. 2006.

Essa discussão me fez refletir sobre o ofício que produz uma materialidade, neste caso, o bolinho de acarajé - um bem material comestível, que tem uma vida efêmera.

Como se observa, nessa relação entre o ofício e o bem, existe uma materialidade no ofício e uma imaterialidade no bem. Ambos acabam se misturando, fazendo parte um do outro. Esta é a primeira questão que gostaria de colocar aqui: um convite para pensarmos nos imbricamentos entre o patrimônio material e imaterial, para que não tenhamos uma visão estática e “pura” destes conceitos. Nesse sentido, devemos dialogar e refletir sobre os princípios norteadores que construíram o instituto do registro como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial.

O primeiro princípio vincula-se à própria natureza desse tipo de bem. Oriundos de processos culturais de construção de sociabilidades, de formas de sobrevivência, de apropriação de recursos naturais e de relacionamento com o meio ambiente, essas manifestações possuem uma dinâmica específica de transmissão, atualização e transformação que não pode ser submetida às formas usuais de proteção do patrimônio cultural. O patrimônio imaterial não requer “proteção” e “conservação” - no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis - mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Enfim, mais documentação e acompanhamento e menos intervenção. O segundo princípio, decorrente do primeiro, é a não aplicabilidade ao patrimônio imaterial do conceito de autenticidade, tal como comumente utilizado no campo da preservação. Neste caso, a noção de autenticidade deve ser substituída pela ideia de continuidade histórica, identificada por meio de estudos históricos e etnográficos que apontem as características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vinculam. Essa noção de continuidade histórica e o reconhecimento da dinâmica própria de transformação do bem imaterial conduziram à proposição de uma ação fundamental: o acompanhamento periódico da manifestação para avaliação de sua permanência e registro das transformações e interferências em sua trajetória (BRASIL, 2006, p. 19).

Essa foi a questão que me acometeu naqueles segundos antes de alcançar a sala de reunião no 3º andar, ou seja, percebi que a minha contribuição no espaço do Comitê devia ser pautada por uma reflexão e um questionamento permanente das categorias existentes até então, dado que o patrimônio imaterial é marcado pelo seu caráter dinâmico, mutável.

Ao adentrar a sala, encontrei uma baiana sentada em uma das cadeiras de madeira envolta de uma grande mesa oval de jacarandá aos meus olhos. Apresentei-me como pesquisador da UFF e a senhora apresentou-se como baiana de acarajé. Em ato

contínuo, ela sacou da bolsa o livro *Baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro*, de Nina Pinheiro Bitar. Mostrou-me sua foto estampada na página do livro e disse-me, orgulhosa, que foi protagonista desta obra. Já com o livro em mãos, comecei a folheá-lo e anotar algumas referências que considerei importante naquele momento. Devolvi-o e a parabenizei por sua participação. Nesse instante, vejo-me refletindo sobre a especificidade e relatividade do ofício do antropólogo, fruto da nossa própria experiência, assumindo integralmente aquilo que DaMatta denominou *Anthropological Blues*. “Trata-se de incorporar no campo mesmo das rotinas oficiais, já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos extraordinários, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano” (DAMATTA, 1978, p. 28-29).

Este encontro revelou-me, depois de um exercício de exotização do familiar (DAMATTA, 1978) e de transformação do familiar em conhecido (VELHO, 1978), os meandros da relação entre antropólogo e o interlocutor. Naquela apresentação, vislumbrei de alguma forma como os interlocutores se apropriam dos trabalhos acadêmicos produzidos pelos antropólogos, reutilizando-os em suas práticas sociais. Percebi que na, relação com o outro, ter um “documento”, neste caso um livro, torna o detentor diferenciado, pois há algo material que comprova aquilo que o detentor afirma ser. Neste caso específico, o livro é uma testemunha que evidencia o ofício da baiana de acarajé.

Aquele ato, marcado pelo encontro entre antropólogo e baiana, tornou-se cada vez mais inteligível com o desenrolar das reuniões do Comitê. Participei de três reuniões do Comitê até janeiro de 2016, período do nosso último encontro. As questões que discutimos e que me chamaram a atenção em um primeiro momento, fora a questão política do país - simbolizada pela tentativa de “impeachment” e os seus desdobramentos na atuação do Iphan -, passaram sobre o questionamento do que é ser baiana, a exigência dos documentos necessários para obter-se a licença do ponto de trabalho e a problemática do reconhecimento das baianas de acarajé, para além das questões de mercado, considerando que o acarajé insere-se em uma gastronomia afro-brasileira. Sobre o primeiro ponto, o Comitê seria o responsável em denominar quem é baiana ou não. A respeito da licença, a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) e o Iphan estão se articulando para equacionar o problema das licenças. A questão do reconhecimento foi apresentada de maneira mais direta no seminário em 25 de janeiro de 2016, quando as baianas, organizadas em uma mesa, afirmaram que sofrem

preconceito por serem baianas e reafirmaram a luta contra a intolerância religiosa, principalmente por parte dos evangélicos.

Essas discussões travadas ao longo da breve vida do Comitê ajudaram-me a descortinar o ato de apresentação da baiana oralmente, e, mais ainda, documentalmente. Ao se apresentar pessoalmente e por meio de um livro – um objeto escrito por um sujeito –, a baiana utilizou dois saberes, o oral e o escrito. O oral, de domínio do grupo de baianas. A escrita, de domínio dos antropólogos e dos pesquisadores em geral. Isso não quer dizer que esses saberes sejam exclusivos de um grupo ou de outro, apenas que um grupo pode ser definido pelo uso profissional desses saberes. Para além desta dicotomia, as baianas dominam uma gama de linguagens não verbais e práticas que as definem como baianas de acarajé. Assim como o trabalho do antropólogo exige mais do que o escrever, isto é, o domínio de outras formas de “faculdades de entendimento”, como o olhar e o ouvir, para ficarmos com os exemplos tratados por Oliveira (2000).

O caráter documental da apresentação da baiana nos sugere que se transformar em protagonista de um trabalho acadêmico traz um certo tipo de reconhecimento ao ser baiana. Podemos indagar o que representou para as baianas torna-se patrimônio imaterial em 2004, quando o Iphan concluiu o registro do “ofício das baianas de acarajé”. Segundo Nina Bitar, o registro desse ofício desenhou-se “como uma demarcação de fronteiras entre as baianas e seus outros: os ambulantes e os evangélicos. Para elas, tornar-se patrimônio significou marcar uma alteridade, ora associando o acarajé às religiões afro-brasileiras, ora ao que entendem por tradição” (BITAR, 2011, p. 203). Entretanto, o registro é questionado na qualidade de sua utilidade na prática cotidiana das baianas, principalmente quando elas acionam o instrumento com o objetivo de vencer as dificuldades de legalização do ponto de trabalho. Nesses embates, a concepção de patrimônio elaborada pelas baianas “é baseada em categorias totais, envolvendo técnicas corporais, categorias sensíveis, jurídicas, estéticas e, principalmente, pautada em relações específicas com as religiões afro-brasileiras”.<sup>7</sup>

Aqui, de maneira geral, as baianas demonstram serem reconhecidas por outros atores sociais. De um lado, o reconhecimento de uma antropóloga, uma vez que as baianas de acarajé tornam-se protagonistas da sua pesquisa. Por outro lado, o reconhecimento do poder público ao classificar o ofício das baianas de acarajé como patrimônio imaterial. Nesses dois casos são produzidos documentos a partir do encontro

---

<sup>7</sup> Ibid., 248.

e da troca entre culturas distintas, assim como no Comitê, onde temos baianas, pesquisadores(as), instituições, etc, que se reúnem para refletirem e desenvolverem a política de salvaguarda deste patrimônio.

O antropólogo pode pensar essas reuniões como encontros antropológicos, onde acontecem trocas entre culturas distintas. Nessa relação dialógica, o antropólogo cumpre o papel de “mediador cultural”, dialogando com o trabalho de Vovelle, que transita entre dois mundos – o acadêmico, o institucional e o popular. Pode-se compreendê-lo como um “guarda de trânsito”, que situa-se entre o universo dos dominantes e o dos dominados. “Ele adquire uma posição excepcional e privilegiada: ambígua também, na medida em que pode ser visto tanto no papel de cão de guarda das ideologias dominantes, como porta-voz das revoltas populares” (VOVELLE, 1987, p. 214).

A questão que se coloca aqui é pensarmos na circulação da cultura (GINZBURG, 1993), a partir do encontro no Comitê, por exemplo, onde diversas instituições se reúnem, trazendo suas práticas institucionais, a partir das experiências dos seus membros participantes.

Esta troca nos apresenta a dimensão interativa do trabalho do antropólogo, uma vez que as categorias locais e acadêmicas são expostas no fazer etnográfico. Para exemplificar de forma mais clara, volto à experiência de trabalho de campo que tive anteriormente no projeto “Habitat Saudável” da Fiocruz. Nos nossos inúmeros encontros no interior da localidade “Curicica 1”, os moradores e as moradoras questionavam os(as) pesquisadores(as) sobre o que nós achávamos do papel da prefeitura no contexto de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região de Jacarepaguá. De maneira geral, afirmávamos a importância de se cobrar e garantir os direitos sociais constitucionais, como moradia e saúde. Além disso, eu mesmo inseri algumas vezes, em um contexto de diálogo com moradores sobre a história local, a categoria patrimônio, pois pensava esta categoria como uma chave para compreender a memória construída na relação com o poder público. Mas esta é outra questão, a questão que gostaria de apresentar aqui é a apropriação das categorias utilizadas pelos pesquisadores. Assim, a ideia de patrimônio compartilhada por mim buscava pensar a memória social dos(as) moradores(as) da localidade “Curicica 1” como um patrimônio, a qual dialogava com a elaboração de José Reginaldo Gonçalves.

(...) Simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade;  
reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes;



adquiridos (ou construídas e reproduzidas no tempo presente) e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao passado, ao presente e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados). O sentido fundamental dos “patrimônios” consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora (GONÇALVES, 2005, p. 30).

Nestes encontros dialógicos, a categoria patrimônio media a relação entre os atores sociais. Nesse sentido, os(as) moradores(as) acionaram a memória social tecida em relação com o “Hospital de Curicica” no presente, dialogando com os saberes dos pesquisadores da Fiocruz, recriando novas possibilidades de atuação em um cenário de implantação do PAC. Assim, a história local ganhava uma nova roupagem de caráter patrimonial no enfrentamento das mudanças em curso. Este exemplo serve para pensarmos na outra ideia que apresento neste trabalho a partir do encontro específico com a baiana de acarajé: a relação dialógica do ofício do antropólogo.

Paremos por aqui. Em síntese, busquei discutir, por um lado, os imbricamentos entre o patrimônio material e imaterial, na tentativa de ampliar o escopo dessas próprias categorias, investigando-as no seu caráter relacional e dinâmico. Por outro, investi na relação dialógica do ofício do antropólogo com o intuito de desvendar os usos e reinvenções de algumas categorias produzidas e proferidas na interação dos atores sociais no curso dos encontros institucionais e profissionais.

Por fim, gostaria de finalizar este trabalho problematizando algumas questões presentes na relação entre antropólogo e baiana, uma vez que este foi o foco desta investigação. Para tal finalidade, considero pertinente dialogar com os escritos de Míguez e Semán (2006), onde eles discutem a relação entre a cultura popular e cultura elitista. Nesse encontro intercultural, os autores avaliam os efeitos das diferenças de poder que existem entre essas duas culturas, ponderando as possibilidades de abolição dos recursos conceituais e ideológicos que consideram legítimos o ordenamento hierárquico entre as culturas. Este giro coloca a elaboração de uma cultura popular em uma encruzilhada decisiva. Se a relativização dos pressupostos etnocêntricos reabilita a alteridade cultural, é necessário reconhecer que esse mesmo movimento contém a propensão de ignorar as assimetrias de poder. Assim, devemos investigar os conflitos de poder inscritos na constituição da cultura popular como uma cultura subalterna. Dessa

forma, é preciso encontrar e questionar as categorias alternativas que o dominante utiliza para se prevalecer como tal, já que, mesmo que as classes subalternas sejam dominadas, não quer dizer que elas devam ser descritas com as categorias dominantes. Nesse sentido, no contexto deste trabalho, dialogando com a obra de Bitar (2011), podemos pensar em novos conceitos que se assentem no ofício das baianas de acarajé, pois as baianas, como tais, produzem saberes a partir da sua maneira de estar e agir no mundo. A forma como as baianas vivenciam o espaço público, pautada na relação com as religiões afro-brasileiras, vislumbra outra possibilidade de se pensar a rua, associada a uma noção de casa de candomblé. Isso nos permite refletir sobre o espaço público em termos cosmológicos. Essa forma de lidar com o espaço público expressa a relação de tais baianas com as religiões afro-brasileiras. É também uma maneira de agir no mundo a partir de seu pertencimento a essa cosmologia. Assim,

na esfera da rua, o espaço público transfigura-se em uma espécie de casa, sendo domesticado a partir de atitudes cuidadosas em relação aos preceitos, às obrigações religiosas a serem seguidas, como o preparo dos sete pequenos bolinhos de acarajé para Iansã, uma vez que, como já vimos, é primordial o respeito e a aprovação de Iansã para a venda do acarajé. No caso de Ciça, a relação de dádiva com Ibêji ou Cosme e Damião, os meninos que agilizam as coisas, e com Exu, que protege a rua, é extremamente importante. Já para a baiana Nicinha, além de agradar Iansã e Ibêji, tem que fazer obrigações para Obaluaiê, o dono da barraca, pois é sua filha (BITAR, 2011, p. 219-220).

Desse modo, o espaço público é sacralizado. O ponto torna-se uma espécie de terreiro de rua, onde o visível e o invisível se entrelaçam, articulando-se o acarajé e as entidades. “A denominação do local de trabalho das baianas de acarajé como ponto também pode ser associada aos pontos de candomblé, que são as canções ou toques dos atabaques”. Nessa experiência de ser baiana, produz-se uma estética da resistência (ZAPATTA OLIVELLA, 2002) que visa à necessidade de se reconhecer e afirmar a luta pela sobrevivência dos afrodescendentes subjugados no território brasileiro.

Nessa nova concepção, dialogando com Zapata Olivella (2002), é importante mover-se entre saberes, mitologias, histórias, realidades consideradas opostas, cosmogonias assimetricamente situadas, para pensarmos a pluralidade de comunidades existentes, que rompa com o racismo e a alienação social, política e econômica, as quais continuam existindo.

## **Bibliografia**

BRASIL. Ministério da Cultura. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. SP: Companhia das Letras, 1993.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

KAZ, Roberto. A diferença entre o acarajé e o sanduiche de Bauru. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n 13, out. 2006.

LAPLANTINE, François. *A descrição etnográfica*. Tradução João Manuel Ribeiro Coelho e Sérgio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

MÍGUEZ, Daniel; SEMÁN, Pablo (Orgs.). *Entre santos, cumbias y piquetes: las culturas populares en la Argentina reciente*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: \_\_\_\_\_. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

BITAR, Nina Pinheiro. *Baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

PIMENTA, Vítor Gonçalves. *Corpo-arquivo: reflexões da memória encarnada em uma experiência etnográfica em Jacarepaguá*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de Antropologia, 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ZAPATA OLIVELLA, Manuel. *El árbol brujo de la libertad: África en Colombia*. Buenaventura: Universidad del Pacífico, 2002.